



MUNICÍPIO DE CONTAGEM/MG
Secretaria Municipal de Fazenda
REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE IPTU/TCRS

DADOS DO REQUERENTE				
NOME/RAZÃO SOCIAL				
ENDEREÇO (Rua/av. etc.)				
Nº/Complemento		BAIRRO		CEP
CIDADE		UF	TELEFONE FIXO	TELEFONE CELULAR
EMAIL				
CNPJ/CPF			ÍNDICE CADASTRAL	

DADOS DO IMÓVEL			
PROPRIETÁRIO			
LOTE	QUADRA	BAIRRO	MATRÍCULA / CRI Nº
ENDEREÇO (Rua/Av.)			Nº/COMPL.

DO PEDIDO

Ao Diretor de Receita Imobiliária da Secretaria Municipal Adjunta da Receita, o requerente acima qualificado, solicita a revisão do Lançamento **de IPTU e da TCRS** referentes ao **exercício corrente**, relativos ao imóvel acima identificado, para tanto **REQUER** concessão de isenção para:

- ☐ 1. Imóvel construído e que seja **utilizado exclusivamente para ministrar ensino especial e gratuito a deficiente físico e/ou excepcional**, prevista no inciso II, do artigo 1º da Lei nº. 3.496/2001.
- ☐ 2. Imóvel **utilizado por associação ou entidade sem fins lucrativos e declarados de utilidade pública pelo Município de Contagem**, prevista no inciso II do Artigo 50-A, Lei 1611/1983, Código Tributário do Município de Contagem.
- ☐ 3. Imóvel próprio, cedido ou alugado, que esteja sendo **utilizado como templo religioso**, prevista no inciso VI, do artigo 1º da Lei nº 3.496/2001.
- ☐ 4. imóvel, **de propriedade do aposentado, pensionista ou beneficiário de Prestação Continuada - BPC, utilizado como sua residência**, cujo valor venal da unidade edificada não seja superior ao previsto no art. 50-C, II do CTMC, **que tenha renda mensal bruta** até o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos do disposto do artigo 50-C, III do Código Tributário do Município de Contagem.
- ☐ 5. **A área de terreno destinada à Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN)** reconhecida pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e pelo Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006.

TERMO DE RESPONSABILIDADE – DECLARO:

- Serem verdadeiras as informações prestadas e autênticos os documentos apresentados conforme Lei Federal nº 4.729 de 14/06/1965.
- Estar ciente de que a veracidade das afirmações acima ficam sujeitas a verificação do fisco.
- Estar ciente que a falta de documentos exigidos implicará no indeferimento do pedido.
- Estar ciente que o indeferimento do pedido implica na exigência do pagamento do valor das parcelas já vencidas com os acréscimos previstos nos artigos 29 e 35 do Código Tributário do Município de Contagem.
- Estar ciente que caso haja a contemplação com a isenção de Imposto Territorial e Predial Urbano para aposentado, pensionista ou beneficiário de Benefício de Prestação Continuada – BPC, cujo valor da base de cálculo exceda o valor previsto no art. 50-C do CTMC, **devidamente atualizado**, a isenção será concedida até o limite ali definido, mantendo-se o lançamento para a faixa de incidência que ultrapassá-lo.
- Que, sendo aposentado, pensionista ou beneficiário de Benefício de Prestação Continuada – BPC, indico como a minha residência e domicílio o imóvel de Índice Cadastral supramencionado.
- Que a intempestividade na formalização do pedido ensejará no indeferimento do pedido, nos termos do regulamento próprio.

Nestes termos, pede deferimento,

Contagem/MG, _____ de _____ de _____.

Assinatura do requerente

Requerimento – INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

DADOS DO REQUERENTE: é a pessoa, física ou jurídica, que tenha interesse na atualização do cadastro do imóvel, conforme previsão nos incisos I, II, II ou V, do Art. 100 do Código Tributário do Município de Contagem, Lei nº 1.611/1983 e alterações, ou o representante legal, formalmente constituído.

DADOS DO IMÓVEL: preencha campos para identificação precisa do imóvel. **ÍNDICE CADASTRAL:** Informe o número do índice cadastral (inscrição) do imóvel.

DO PEDIDO Deve ser indicada apenas uma das hipóteses de isenção.

O REQUERENTE deverá apresentar este requerimento nas CENTRAIS DE ATENDIMENTO juntamente com os documentos assinalados no quadro abaixo, observado a finalidade do requerimento:

DOCUMENTO	1. Imóvel construído e que seja utilizado exclusivamente para ministrar ensino especial e gratuito a deficiente físico e/ou excepcional.		2. Imóvel utilizado por associação ou entidade sem fins lucrativos e declarados de utilidade pública pelo Município de Contagem.		3. Imóvel próprio, cedido ou alugado, que esteja sendo utilizado como templo religioso.		4. Imóvel, de propriedade do aposentado ou pensionista, utilizado como sua residência.		5. A área de terreno destinada à Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN).	
	Necessário	Apresentado	Necessário	Apresentado	Necessário	Apresentado	Necessário	Apresentado	Necessário	Apresentado
1 Formulário – Requerimento de Isenção.	X	☐	X	☐	X	☐	X	☐	X	☐
2 Comprovante de propriedade/ titularidade do imóvel.	X	☐	X	☐	X	☐	X	☐	X	☐
3 Documento de Identidade e CPF do proprietário, responsável tributário e do representante legal.	X	☐	X	☐	X	☐	X	☐	X	☐
4 Documento de Identidade e CPF do requerente e de seu cônjuge, se for o caso.							X	☐		
5 Outro(s) Comprovante(s) de renda, se for o caso;							X	☐		
6 Ato de Constituição/alterações quando for pessoa jurídica.	X	☐	X	☐	X	☐			X	☐
7 Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ atualizado.	X	☐	X	☐	X	☐			X	☐
8 Ato de Constituição/alterações da entidade e atas de assembleia, etc..	X	☐	X	☐	X	☐				
9 Atestado de funcionamento expedido pelo conselho municipal a que se vincule.	X	☐	X	☐						
10 Cópia da Lei municipal de Declaração de utilidade pública.			X	☐						
11 Comprovante atualizado de rendimentos (INSS), do Fundo de Previdência próprio ou complementar referente exercício ao que se pleiteia a isenção.							X	☐		
12 Contrato de locação, cessão ou comodato do imóvel.	X	☐	X	☐	X	☐				
13 Procuração por instrumento público ou particular, específica para o fim desejado.	X	☐	X	☐	X	☐	X	☐	X	☐
14 Declaração de ajuste anual do imposto de renda pessoa física do exercício que pretende o benefício, ano calendário imediatamente anterior, se esta já houver sido transmitida até a data da protocolização do requerimento, ou na falta desta, a do exercício anterior.							X	☐		
15 Comprovante de residência atualizado em nome do requerente (emitido por concessionária de serviço público: água, luz, telefone etc).							X	☐		
16 Cópia da Portaria expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.									X	☐
17 Quando o requerente for proprietário ou sócio da empresa, deverá apresentar o comprovante de rendimento da atividade referente ao exercício anterior ao que se pleiteia a isenção.							X	☐		
18 Declaração de isenção de IRPF (modelo disponível no site da Receita Municipal), aos contribuintes que não se enquadram na obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do IRPF.							X	☐		

TERMO DE RESPONSABILIDADE:

Deve ser datado e assinado pelo requerente.

Por este termo, o requerente assume a responsabilidade pela exatidão das informações prestadas e se sujeita às penalidades legais decorrentes de sua inexistência ou falsidade, inclusive relativas às multas previstas na legislação tributária, e afirma estar ciente que a não apresentação de um dos documentos poderá implicar no indeferimento do processo protocolado.

Postos de atendimento

Subsecretaria de Receita (Atendimento de 08 às 17hs – Av. João Cesar de Oliveira, 6.620 – Centro/Sede.

Prefeitura Aqui: (Atendimento de 10 às 17hs) - Av. Severino Ballesteros Rodrigues, 850 - Piso G3 - Shopping Contagem - Bairro: Cabral

Assinatura do Apresentante

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE IRPF

Eu, _____, inscrito no
CPF nº: _____ e RG nº: _____

DECLARO que sou **ISENTO de DECLARAÇÃO ANUAL DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA**, conforme regulamento da Receita Federal do Brasil. No ano anterior não obtive rendimentos provindos de trabalho assalariado, proventos de aposentadorias, pensões, aluguéis ou atividade rural, suficientes para declarar IRPF nesse ano, e não me enquadro nos demais casos que obrigam a entrega da Declaração Anual de Imposto de Renda Pessoa Física.

Declaro ainda que esta declaração segue em conformidade com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864 de 25 de julho de 2008, relatando que deixou de existir a Declaração Anual de Isento, a partir de 2008; também segue em conformidade com o previsto na Lei nº 7.115/83 relatando que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado.

Sob as penas das Leis Civil e Penal, DECLARO que as afirmações acima são a expressão da verdade pelo que me comprometo criminalmente, sob as penas da lei.

Contagem/MG, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante